

Pagamento de assinaturas

Como é do conhecimento dos nossos prezados assinantes, tem sido hábito que o pagamento das assinaturas seja efectuado adiantadamente e porque muitos dos nossos conterrâneos têm sido extremamente amáveis a ponto de nos enviarem as importâncias correspondentes às suas assinaturas, vimos lembrar-lhes que já é altura de procederem à liquidação dos recibos de 1968.

Por essa gentileza nos confessamos antecipadamente gratos.

ANO XVI N.º 386

JANEIRO — 16

1 9 6 8

QUINZENÁRIO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA REGIONALISTA

Composto e impresso na
TIPOGRAFIA UNIÃO

Tel. 22319 — Rua do Município, 12 — FARO

DIRECTOR

EDITOR E PROPRIETÁRIO

Redacção e Administração

GRÁFICA LOULETANA

Tel. 216 — R. da Carreira — LOULÉ

Ainda a propósito da localização da Escola Técnica

Que tristeza de Mundo este em que vivemos

«Mais perde em amizades quem mais teima nas verdades» — X.

Anda o mundo de tal modo conturbado, que nos sentimos verdadeiramente perplexos quando pretendemos encarar-lo a sério.

A mentira, a falsidade, e a desagregação social são factores que aterrorizam todos aqueles que, teimosamente, não querem deixar arrastar-se pelo turbilhão que ameaça subverter os mais puros ideais do homem do nosso tempo.

Aquilo que outrora era considerado uma qualidade pode hoje ser tido como defeito. Atitudes outrora consideradas como absurdas são hoje já tão normais que até já perderam o seu quê de anormalidade.

E todos aqueles que, por formação moral ou princípios de vida, pretendem contrariar essa tendência, sentem-se pesados e deslocados perante essa onda avassaladora que pretende submeter tudo ao mais cruel materialismo. E são já tão poucos os que se atrevem a reagir, que quase chegam a ter a sensação de pertencerem a uma minoria.

E também sentem que, sob muitos aspectos, já nem vale a pena reagir. Que já não vale a pena dizer que está mal aquilo que toda a gente está mesmo a ver que está mal... Também enfermamos desse mal, mas quando estão em causa problemas locais, ainda às vezes sentimos forças para reagir.

E é o que está acontecendo em relação à Escola Técnica, apesar dos escolhos que se nos es-

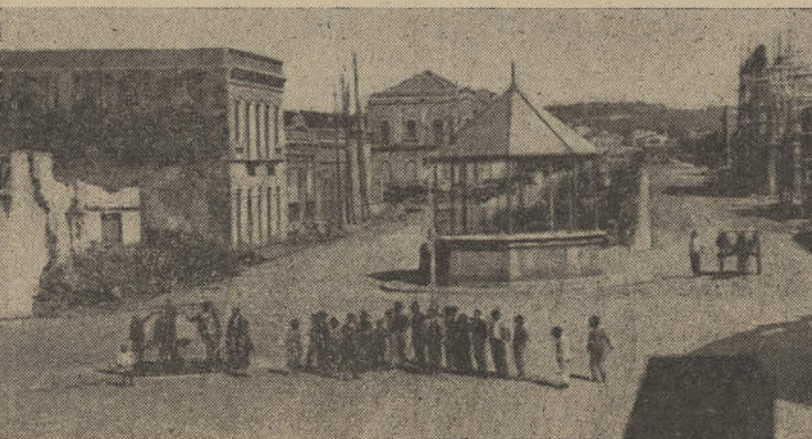
tão deparando. E lá porque recentemente, tivemos «o atrevimento» de voltar a escrever sobre este assunto, o autor de *Postais Louletanos*, na sua habitual crónica em «O Algarve», de Faro, «mimoseou-nos» com a seguinte prosa:

«Um exemplo de um meo pequeno: estabeleceu-se polémica sobre a localização do edifício da escola técnica, da qual não

uma iniciativa que lhe cabia, tudo acabou por ficar na mesma. Pior: perdeu-se uma oportunidade que pelos vistos tarda em ressurgir.

Volvido tempo e depois de se concluir outra vez ser o parque o melhor local, eis que se reacende a polémica velha. Até aí, pouco há a acrescentar ao muito já dito. Mas, infelizmente, foi-

(Continuação na 2.ª página)



Com ampla visão do futuro, os homens de há 50 anos rasgaram esta incipiente artéria que é hoje a magnífica Avenida Costa Meilha, de que os louletanos tanto se orgulham. Será que os homens de 1968 não poderão aspirar a que se faça mais alguma coisa de bom em Loulé?

fluíu nem clara nem triunfante a oposição à construção no parque. Nomeada uma comissão, sem se compreender porque se escamoteava a quem de direito

A CASA DOS RAPAZES VAI TER SEDE PRÓPRIA

E conhecida de todos a valiosíssima acção desenvolvida ao longo de muitas décadas pelo Instituto D. Francisco Gomes, vulgo Casa dos Rapazes. Tendo a sua sede em Faro ali têm encontrado um verdadeiro lar para rapazes de toda a província, podendo com propriedade se dizer que é uma obra que a todo o Algarve importa. Quantas gerações de homens autênticos, hoje verdadeiros valores na sociedade ali se têm formado, porque em momento difícil encontraram um tecto protector e um amparo na sua vida! Mas são precárias e paupérrimas as instalações onde tem vindo a funcionar a Casa dos Rapazes, constituindo um justo anseio um edifício condigno e apto ao fim em vista. Este so-

nho vai ser uma realidade, pois foi já entregue ao Presidente da Câmara Municipal de Faro o projecto do edifício que constituirá uma verdadeira casa para a benemérita Casa dos Rapazes. Ocupará o mesmo uma área total de 10 000 m² (edifícios, campos de jogos e logradouros), sendo construído em terrenos que são já propriedade da instituição no sítio do Bom João. O custo provável da obra ascende a 5 000 contos e disporá de dormitórios para 150 internos, salas de estudo, de conferência e de bibliotecas, oficinas, ginásio coberto, refeitório, cozinha, copa, lavanderia, dispensa, secretaria, d'acção, enfermaria e posto médico, além de campos para voleibol e basquetebol.

Panorâmicas... de Loulé

Dentro deste são princípio que me impuz de ser correcto, bom e justo, há quem não goste do que digo e há quem me atribua pretensões de monopolizar estas qualidades ou virtudes.

Bem entendido que não é monopolizador ou açambarcador, quem não tiver a isenção, o desinteresse que eu, honestamente, ponho, nos meus escritos ou nas minhas afirmações.

Mas talvez por diferenças de formação, de princípios, de educação, de regras, fórmulas ou conceitos, eu sou assim.

E não tenho qualquer culpa que os outros me não interpretem assim, nem me ofende nem me irrita que vejam as coisas à luz de outras lentes.

Nem poderia levantar reparos da minha parte, que houvesse pessoas que não simpatizem pessoalmente conosco.

Se eu assim fosse, era teimoso, cego, intolerante, incompreensivo, obstinado, e obsecado.

E eu não quero ser assim e

quando erro tenho muito prazer em dar a mão à palmatória.

★

Não queremos deixar passar sem agradecer a todas as pessoas que, recentemente, durante a nossa doença, nos deram o calor da sua presença o favor de uma palavra amiga e todas as muitas manifestações de cuidado não só de Loulé, como de terras distantes.

Duas citações faremos em especial: uma para os membros da redacção do «Jornal do Algarve» que se deslocaram propositadamente para nos verem. A outra, em especial, de louvar e reconhecimento para a desvelada e proficiente assistência médica que nos proporcionou o distinto clínico, Dr. Jorge de Abreu e Silva, a quem já tantos favores e atenções devíamos.

A todos desejamos expressar o nosso profundo reconhecimento

(Continuação na 2.ª página)

MORREU O POETA!

O início do ano aconteceu mais pobre para o Algarve! Na vizinha aldeia de Estoi, onde há tantas décadas residia, faleceu Emiliano da Costa, o excelso cantor da terra algarvia, das suas gentes e dos seus costumes.

Emiliano viveu o seu Algarve, sentiu no seu amor a esta província toda a beleza que a envolve e em versos admiráveis compôs com a elevação maior do extase e da exaltação o quadro sublime da Terra Sulina.

Morreu Emiliano da Costa, o médico que fez da sua profissão um sacerdócio e da poesia o instrumento com que louvou e acariciou a Terra Mãe!

João Leal

SERVIÇO DE COBRANÇAS

Representa sempre um grande prejuízo para a Administração deste jornal a devolução de um recibo não cobrado. As cobranças que impendem sobre as assinaturas são de certo muito importantes, e nós desejamos sempre evitar, como é natural, uma nova cobrança, de tal maneira fica reduzido o líquido resultante. Por este motivo, rogamos aos nossos assinantes o especial favor de evitarem, sempre que possível, a devolução do recibo enviado. Isso trará-nos um benefício extraordinário e terá como consequência um melhor aproveitamento dos nossos recursos materiais, que não são muito optimistas, e a possibilidade de proseguirmos.

Porque isso resolverá melhor o nosso problema, ficaremos muito gratos aos nossos prezados assinantes que quiserem ter a gentileza de, directamente, (em selo de correio ou vale) ou por intermédio dos seus familiares, liquidar as suas assinaturas na redacção do nosso jornal.

Inversão de valores

Com o título acima, lemos no nosso prezado colega «O Templário», de Tomar:

«O problema não é só de hoje nem tão somente de ontem. Arrasta-se de há muito, quicá de sempre, mas há que combatê-lo, que equacioná-lo, que dar-lhe solução. Referimo-nos à total inversão de valores em que vivemos, em que o fictício supera o real, o efêmero se sobrepõe ao eterno. O contingente ao necessário, o passageiro ao imutável, a mentira à verdade, o adjetivo ao substantivo, a coisa ao homem! Assim, a riqueza é quase deficiente, o poder é divinizado, e qualquer título, que não deveria ser mais que acessório, ou mesmo banido, passa a foros de essencial, ou mesmo de substantivo próprio. Em contrapartida, o trabalho e a honestidade, a capacidade de perdão e de amor, a compreensão e a dignidade, são muitas vezes motivo de ridículo, enquanto a mediocridade endinheirada ou poderosa ouve coros orfeônicos de louvaiminha!»

A escala valorativa está invertida. Há que ordená-la e há que, principalmente, termos a coragem de respeitarmos os dignos e os probos, de nos inclinarmos perante a virtude e de não lisonjearmos a vacuidade e a indignidade, por mais ricas ou poderosas que elas sejam!

COM A MORTE DO General Ponte Rodrigues

o ALGARVE perdeu um dos seus mais prestigiosos filhos

Causou profunda consternação e surpresa o súbito falecimento, em Ponta Delgada, do nosso ilustre comprouviano e estimado amigo e assinante sr. General José Maria da Ponte Rodrigues, que ali exercia, desde 1965, as elevadas funções de Governador Militar dos Açores.

Tanto pelo elevado prestígio que usufruía, como pelas suas excelentes qualidades de trabalho, inteligência e carácter, o general Ponte Rodrigues era digno das gerais simpatias que desfrutava. Por isso a sua morte foi muito sentida em todo o País e em especial nos meios militares.

O testemunho dos seus reais méritos está no facto de o sr. Ministro da Defesa Nacional ter condecorado o ilustre oficial-general com a Medalha de Ouro de Serviços Distintos, em cerimónia realizada na Capela do Hospital Militar da Estrela.

Dotado de excelentes qualidades de inteligência e de acção, tornou-se um dos mais distintos oficiais do nosso Exército, destacando-se de modo particular desde a frequência da Escola Militar de Aeronáutica, onde terminou brilhantemente o curso de piloto-aviador em 1937, e no Instituto de Altos Estudos Militares, em que se distinguiu, em distintas circunstâncias.

POSSE da Junta Distrital de Faro

Em cerimónia realizada no salão nobre da Junta Distrital em Faro e a que presidiu o sr. Coronel Joaquim dos Santos Gomes, Governador Civil Substituto, foram empossados os novos membros daquele organismo eleitos para o quadriénio de 1968/71. Tomaram posse os srs. Raul de Bivar Weinholz (pres'dente); eng. João Ollas Maldonado (vice-pres'dente); eng. Claudino Leitão, eng. Fernando da Silva Mendonça e arg. José Maria Abolim de Barros (vogais efectivos); dr. José Manuel Furtado e eng. António Gomes Barroso e eng. Cristóvão Mealha (vogais substitutos).

MAIS UMA VEZ O CARNAVAL DE LOULÉ e o Turismo do Algarve

O êxito ou sucesso que o Carnaval de Loulé tem alcançado ao longo das suas seis décadas, tem levado outras cidades, vilas e aldeias algarvias a organizarem os seus festejos e a promoverem as suas Batalhas de Flores.

Se a iniciativa vingasse de forma que marcasse posição e prosseguisse em ritmo ascendente, nada teríamos que dizer, pois todas as terras têm o direito de promover festas em benefício das suas instituições, necessidades ou carências assistenciais ou de próprios empreendimentos urbanos.

Mas numas, porque se perdeu a continuidade, noutras porque a festa tem de ter uma limitação condicionada ao recinto e às possibilidades organizadoras do aglomerado, pode ter um brilho menos clamoroso.

Ora se um dos atractivos com características turísticas é o Carnaval do Algarve, não pode nem deve ser o Carnaval de Loulé, nem o de Moncarapacho, nem o de Messines ou o mais jovem de Vila Real de Santo António. Certo é que a iniciativa destas organizações representa traba-

lho, canseiras, cuidados e não raro aborrecimentos, além de um notabilíssimo espírito de iniciativa e bairrismo próprio, que é de louvar e engrandecer, mas que, regra geral, contribui para a frustração de um espectáculo de categoria e grandeza à escala do Turismo e da Província, e com o custo que os materiais estão assumindo, as dificuldades de mão de obra e a ausência de muitos «carolos» que, por motivo de envelhecimento, por arreliações locais e quantas vezes por motivos de política local se vão cansando, o Carnaval carecia de uma organização centralizada, eficaz e determinada que pudesse com tempo e com o apoio do S. N. I. expresso em números e ajudas certas e congregasse, com aproveitamento integral, todas as boas vontades e espíritos de iniciativa locais para se organizar a festa do Turismo do Algarve.

Se assim se fizer, nada poderíamos ter a esperança de ver ressurgir um Carnaval com valor, intensidade e importância verdadeiramente algarvio e verdadeiramente turístico.

Assim poderia assegurar-se a vivência e engrandecimento progressivo de um número que tende a desaparecer e seria de facto um verdadeiro carter de turismo nacional, se se juntassem e congregassem todas as vontades. E não era preciso muito. Bastaria que unidos, o Governo Civil, o S. N. I. e as municipalidades e organismos turísticos do Algarve, deliberassem contribuir com um carro para o cor-

(Continuação na 4.ª página)

«A VOZ DE LOULÉ»

Pedimos a todos os nossos assinantes residentes no estrangeiro, ultramar ou localidades onde também não há serviço de cobrança, a especial fineza de nos remeterem a importância das suas assinaturas, o que desde já muito reconhecidamente agradecemos.

Lembramos que os preços da assinatura são os seguintes:

CONTINENTE

Trimestre	9\$00
Semestre	17\$50
Ano	32\$50

(Todos os recibos que forem enviados à cobrança pelo correio terão um aumento de 1\$50 para as respectivas despesas).

ULTRAMAR E BRASIL

Trimestre	10\$00 — Avião	20\$00
Semestre	20\$00 — >	37\$50
Ano	37\$50 — >	70\$00

ESTRANGEIRO

Trimestre	12\$50 — Avião	25\$00
Semestre	25\$00 — >	50\$00
Ano	45\$00 — >	95\$00

Postal de Faro

Noticiário

A Companhia de Pescarias do Algarve efectua no dia 28 de Janeiro, no Hotel Eva, em Faro um almoço regional, tendo como baseatum congelado por aquela empresa. Após o almoço fará uma conferência sobre: «Técnicas actuais de congelação de alimentos, o Turismo e a gastronomia», o presidente da Comissão Municipal de Turismo e Intendente de Pecuária, sr. Dr. Manuel Elias Trigo Pereira.

Durante o repasto actuará um agrupamento folclórico algarvio.

As Corporações dos Bombeiros Municipais e Voluntários (Cruz Lusã) armaram artísticos e belos presépios. Foram os mesmos inaugurados em simpática festa a que assistiram várias individualidades, entre as quais os srs. Coronel Santos Gomes, Go-

vernador Civil Substituto; Major Vieira Branco, Presidente do Município e o Venerando Prelado da Diocese.

No Concurso Distrital de Presépios promovido pela Delegação da Mocidade Portuguesa foram vencedores a Escola Industrial e Comercial de Lagos e a Casa dos Rapazes de Faro.

Manuel de Oliveira, do Sporting Clube de Portugal, ganhou o «II Grande Prémio de Reis», prova pedestre corrida nas principais artérias da cidade e organizada pelo Sport Faro e Benfica, com o patrocínio da Comissão Municipal de Turismo.

Iniciará-se-ão oportunamente as obras de electrificação definitiva da Alameda João de Deus, para que o acolhedor recinto possa ser utilizado pelo público nas noites estivais.

João Leal

Panorâmicas... de Loulé

(Continuação da 1.ª página)

e manifestar-lhes por este modo, a nossa sincera estima, amizade e o nosso: Muito obrigado!

*

Há quem se lembre, por aí, de duas figuras populares de Loulé que, em geral, nesta época do Carnaval, davam que falar com simpatia e alegria geral?

O Chico Jorge e o Zézinho Titorrela.

O primeiro que era um magnífico e habilidoso artesão, executava figuras para presépios, e toda a espécie de bonecos que se lhe pedia.

Levava o ano, nas horas vagas, a executar umas miniaturas do órgão viril masculino, com 2 ou 3 centímetros que coloria com as cores naturais.

Chegados os dias de Carnaval aparecia sempre vestido de sobrecasaca e chapéu de pelo e uma pasta na mão.

Últimamente, usava outros disfarces pitorescos chegando a aparecer vestido de ama, guiando um carrinho de bebé, boneco também feito e vestido por ele.

E claro que nós que já conhecíamos o Chico Jorge espalhávamos que ele vendia «agendas» na pasta.

De forma que, muitos senhores da maior gravidade e respeito, achavam graça e pediam ao Chico para vender uma agenda de cinco ou dez tostões.

E o Chico abria a pasta e entregava um daqueles objectos, o que causava grande hilaridade e passava por brincadeira de Carnaval.

Não raro, o objecto era depois guardado como recordação, ou passava de bolso em bolso, muitas vezes metidos sobre-repeticionalmente nos sobretudos, de bolsos mais folgados.

Diz-se que houve individuali-

dades de alto valor político e de grande categoria social, que os levaram nos bolsos, sem darem por isso.

Algumas senhoras os levaram igualmente nas malinhas de mão, sem darem por isso até que em casa ou no local chegassem a descobri-los.

Tudo passava por graça do Carnaval e havia até forasteiros que no ano seguinte perguntavam: — Então o homem «das agendas» não aparece este ano?

Talvez fosse o percursor de tanto «mini» que hoje há, aquele «mini» a que tanta graça achavam.

*

A outra figura também de nomeada popular era o José de Freitas, Alvim, conhecido pelo Zézinho Titorrela, orador encarado nos enterros do «Entrudo» à 4.ª feira de cinzas.

Orador «fluente» que escaipe-lizava vários aspectos da vida louletana, em termos, por vezes, vernáculos demais, mas sempre por forma que causava a maior hilaridade po's as dificuldades de pronunciar e as asneiras e disparates que juntava era forte motivo de gaudio, para os milhares de pessoas que de todos os arredores acorriam para ouvir as suas destembridadas afirmações.

O pobre convencia-se que a sua palavra era ouvida e escutada com entusiasmo e não dava conta da figura ridícula que assumia com os seus discursos.

Era uma figura grotesca que teve de ser proibida de falar, a partir do ano em que declarou, alto e bom som que «a construção de umas sentinas no Largo dos Inocentes (actual Largo Gago Coutinho) era uma fatura para toda a gente».

R. P.

Justificação Notarial

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ — 1.º CARTÓRIO — NOTÁRIO LICENCIADO NUNO ANTONIO DA ROSA PEREIRA DA SILVA

Certifico, narrativamente, para efeitos de publicação, que neste Cartório, e no livro de notas para escrituras diversas, n.º B-31, de fls. 92 a 95, se encontra exarada uma escritura de justificação notarial, outorgada no dia 12 do mês corrente, na qual a sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, «Empresa Turística Vale do Lobo do Algarve, Lda», com sede na rua Joaquim António de Aguiar, n.º 27, 4.º dt.º em Lisboa, se declarou dona e legítima possuidora, com exclusão de outrem, do seguinte prédio: — rústico, que se compõe de terra de areia e barreira, com pinheiros, no sítio do Garrão, freguesia de Almansil, concelho de Loulé, que confronta do nascente, norte, poente e sul com a justificante, e antes do nascente com Manuel Guerreiro Calço e outros e antes ainda com José Inácio Guerreiro, do norte com Manuel Guerreiro Cotovio e outro e não António Martins Pinheiro, do poente com Gertrudes Paquete Cristóvão, viúva, e do sul com Cristóvão de Sousa Pires, inscrito na matriz predial respectiva, em nome da justificante, sob o artigo 4.º, com o valor matricial de 4.500\$00 e o declarado de 585.000\$00, e não descrito na conservatória do registo predial de Loulé.

Que este prédio pertence à justificante, pelo facto da mesma o haver comprado a Augusto Sousa Aleixo e mulher, Maria da Piedade Aleixo, residentes no Póço da Amoreira, freguesia de São Clemente, deste concelho, por escritura de 25 de Março de 1965, lavrada a fls. 88 do livro de notas n.º 31-D, do Décimo Nono Cartório Notarial de Lisboa.

1965, lavrada a fls. 88 do livro de notas n.º 31-D, do Décimo Nono Cartório Notarial de Lisboa.

Que por virtude do disposto no n.º 1 do art.º 13.º do Código do Registo Predial, esta escritura de compra não é título suficiente para se efectuar o registo definitivo, mas a verdade é que os aludidos vendedores Augusto Sousa Aleixo e mulher, eram na data da mesma escritura os titulares do direito de propriedade sobre o mesmo prédio, também com exclusão de outrem, por o marido, o haver comprado, cerca de 1917, por preço de cujo montante exacto se não lembra a seu irmão, Manuel de Sousa Aleixo, e mulher, Maria do Pilar, casados segundo o regime da comunhão geral de bens, residentes no sítio da Franqueada, freguesia de São Clemente, deste concelho, por simples contrato verbal, e que, desde essa data, os referidos Augusto de Sousa Aleixo e mulher, sempre possuíram o referido prédio em nome próprio, sem a menor oposição de quem quer que fosse, posse que sempre exerceram sem interrupção e ostensivamente com conhecimento de toda a gente, sendo por isso uma posse pacífica, contínua e pública, pelo que também o adquiriram por prescrição, não tendo, todavia, dado o modo de aquisição, documento que lhes permita fazer a prova do seu direito de propriedade sobre o mesmo, pelos meios normais.

Está conforme ao original, não havendo na parte omitida, nada em contrário ou além do que se certifica.

Secretaria Notarial de Loulé, 12 de Janeiro de 1968

O ajudante,

Fernanda Fontes Santana

LIGAÇÃO DIRECTA Algarve - França

A TURALGARVE, em colaboração com a C. P. e a Empresa Geral de Transportes, tem à venda bilhetes de C. Ferro a preços especiais para trabalhadores e turistas com destino à França, Alemanha, Bélgica, Holanda, etc.

Comboios especiais com partida de qualquer das estações do Algarve directos a Hendaia ou com partida de Lisboa.

Para mais esclarecimentos dirija-se à

TURALGARVE — Agência de Turismo Algarve — Praça da República, 98-100 — Tel. 193 e 443 — LOULÉ.

Localização da Escola Técnica

(Continuação da 1.ª página)

-se mais longe: enviou-se ao ministério competente o recorte de um ponto de vista — o contrário ao parque — publicado no jornal local.

Que se pretende, afinal? Frustrar, pela segunda vez, a satisfação de tão premente necessidade, parece-nos demais...

Determinadamente, o homem não se encontra a si próprio!

Sentimo-nos com a dureza destas palavras, mas propositamente quedamo-nos silenciosos, pois não temos o prazer da polémica.

Mas parece que M. G. não gostou do nosso silêncio ou supomos talvez vencidos e sem argumentos. E por isso, no mesmo jornal, 5 semanas depois, fez publicar o seguinte:

«Ao que consta vamos ter escola técnica no parque. Embora a previsão a dê para daqui a três ou quatro anos, consola que a útil ideia haja resistido a todos os ataques desferidos, alguns dos quais pouco honestos.

Virá com um atraso não inferior a dez anos com os prejuízos próprios e cuja determinação só então será possível determinar para se ajuizar quanto valeu, em dinheiro, a feroz oposição à útil realização para o concelho. A menos que os «condottieri» não tenham, ainda, dito a última palavra...

A leitura destas crónicas deixou-nos magoados e pesarosos... porque são reveladoras de conceitos e ideias que nos deixam perplexos e confusos.

Por isso somos forçados a responder e até, contra os nossos princípios de educação, também seremos rudes, para ver se assim nos conseguimos fazer entender. Como não temos «telhados de vidro», M. G. pode lançar as «pedrinhas» que quiser. Pouco nos importa até, que fale mal de nós mentindo. Não queremos desferir ataques pessoais. Só nos interessa o problema em si.

Lutamos por puro idealismo, por integerrimo amor à terra natal e isso nos dá uma tal força de ânimo que podemos proclamar alto e a bom som os nossos ideais. Damos assim a cota parte do nosso esforço com o objectivo de servirmos a nossa terra e isso, para nós, é tão importante, que nos leva a desprezar interesses pessoais que nos custa perder e a enfrentar dissabores que não dão proveito a ninguém.

De cada vez que agitamos o problema da Escola Técnica, lá está M. G. vigilante (teremos que dispensar o serviço de guarda nocturno) para nos contrariar e dizer que sim que a Escola fica bem no Parque. Mas não diz mais do que isso... nem ao menos porque. Será porque não lhe convém dizer?

Qualquer terrinha tem os seus legítimos anseios de progresso, plausíveis aspirações a uma vida mais desafogada, mas em Loulé parece que falar de progresso é «tabu». Que sim, que está tudo muito bem. Para quê, mais casas? Pois não chegam as que há?

Simplemente porque um município se atreve a agitar na imprensa local um problema que considera de interesse vital para a sua terra — «agitado» impiedosamente embora não chegue a dizer as coisas pelos seus próprios nomes.

...Que tristeza de mundo este em que vivemos!

Apenas pretendemos evitar que a Escola Técnica se situe no Parque porque entendemos que essa solução não convém aos interesses locais e só por isso somos duramente almejados. Temos a coragem (!) de dizê-lo abertamente e por isso nos criticam asperamente. Mas insistimos, porque sabemos que não estamos sós e que até nós acompanham (em pensamento) aqueles que se sentem forçados a aceitar a Escola no Parque simplesmente porque doutra forma não têm o Loulé terá o desejado «edifício».

A esses respondemos: por esse critério, nunca mais Loulé se desenvolverá pois a Câmara não autoriza construções onde não há ruas e terá sempre mais onde aplicar o seu dinheiro do que em abrir ruas só para fomentar a construção.

Por mais que nos esforcemos por não contrariar essa ideia, não conseguimos encontrar motivos plausíveis que justifiquem o sacrifício do Parque... qualquer que seja o local escolhido da sua área. O Parque há de ter outros fins que não um grande edifício escolar.

E pensando nisto reparamos como outrora eram mais evidentes os esforços dos louletanos quando estavam em causa superiores interesses da sua terra. Havia um sã baírrismo capaz de destruir barreiras que se lhes opusessem. A tenacidade com que lutaram para conseguir o desvio da linha férrea não foi coroadada de êxito, mas a luta que se travou para o conseguir, mos-

trou a força e a coesão dos louletanos para alcançarem um ideal. O erro da linha férrea está consumado. Não houve, nem certamente haverá já, possibilidades de o remediar. Agora, porém, é diferente. Agora interessa principalmente evitar o erro. E evitar esse erro é trabalhar pelo progresso local.

Quantos clamores não soaram contra essa injustiça e erro tremendo que foi a linha férrea passar a 5 Km. da Vila? E ainda hoje, passados quase 100 anos, parece que continuam a ecoar esses clamores, através daqueles que, por falta de transporte próprio, são forçados a percorrer a pé a distância que separa Loulé da sua Estação.

Pensamos que esse erro já não terá remédio e por isso nunca pedimos que fosse reparado. Mas somos contra a Escola no Parque porque aquela não foi ainda construída. Pensamos que ainda é tempo de evitar esse erro. E consideramo-lo porque nos podemos basear também em opiniões sérias e válidas. Até mesmo uma Comissão, que foi constituída por pessoas idóneas, para se pronunciar sobre o problema, deu o seu parecer desfavorável à Escola no Parque. Por isso M. G. considera a sua acção desnecessária...

E não estamos sós quando apontamos que é um erro implantar a Escola no Parque. Há pessoas que sabem o que dizem e dizem do que sabem. Por isso consideramos de peso a opinião de técnicos que estudaram urbanização, que sabem de urbanização, que sentem e vivem os problemas de urbanização. Essas são opiniões válidas e que se juntam a aquelas outras dos louletanos que, por puro amor à terra natal, anseiam o seu progresso.

Não houve da nossa parte um reacender de polémica. M. G. é que provocou. Nem lhe teríamos respondido se não viesse de novo incitar-nos a exteriorizarmos a nossa opinião.

Portanto, sentimo-nos ter de lhe responder para lhe dizer dos motivos porque não desejamos a Escola no Parque... ao contrário de M. G. que se preocupa mais com o homem do que com o problema em discussão.

Em vez de se preocupar com o «homem que não se encontra a si próprio» porque é que M. G. não tem a coragem sã de se preocupar com o problema? Enfrentá-lo com vistas largas, pô-lo em equação, dizer com clareza o porquê da sua preferência? Será porque não lhe convém?

Nós dizemo-lo abertamente. Sem hesitações. Com a franqueza de quem diz o que pensa. De quem pensa o que sente. E nós sentimo-nos o que se pretende afinal é uma coisa tão simples que está ao alcance de qualquer mentalidade. Até parece incrível que M. G. não queira compreender.

O que pretendemos afinal é salvar o Parque, forçado a localização da Escola numa zona da Vila onde possa ser um ponto de partida para um surto de progresso urbanístico que permita a Loulé ter um futuro com rasgados horizontes. O que se pretende afinal é evitar que mocinhos e mocinhas dos 12 aos 16 anos se possam encontrar frequentemente a horas mortas... em lugares escuros.

Uma Escola Técnica tem cursos nocturnos e um Parque Público, quando é escuro, não pode ser aconselhável para ser frequentado pela juventude.

Há muitas mais razões afinal (que já apontamos e outras que não dissemos ainda) mas supomos que estas três são suficientemente fortes para merecerem séria meditação. Como se vê, os nossos objectivos são claros.

Insiste-se na cedência do terreno no Parque para que a Escola seja construída mais rapidamente, mas isso cria uma situação paradoxal: quando surgiu uma oferta, por escrito, dum terreno para a Escola Técnica foram impostas condições tais que o ofertante desistiu da cedência gratuita e fixou o terreno em 20\$00 m2. Sobre este preço, bastante baixo, pagou depois absolutamente silêncio...

Convém ainda acrescentar estar estabelecido ao Estado a comprar o terreno para estes edifícios.

A isto é que nós chamamos perder oportunidades. Mas M. G. quase nos culpa do atraso que diz ter havido. Porém, a sua afirmação é pueril, despidida de lógica e sem bases sólidas. Apenas pretende culpar-nos de a Escola ainda não ter sido construída. Em vez de se preocupar com o homem que anda à procura de si mesmo, porque é que M. G. não se escuda com argumentos sérios e válidos?

Por motivos que só o Ministério da Educação Nacional poderá esclarecer, a construção do edifício da Escola Técnica de Loulé nunca esteve em prioridade em relação ao resto do País.

(Continuação na 4.ª página)

Justificação Notarial

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ — 1.º CARTÓRIO — NOTÁRIO LICENCIADO NUNO ANTONIO DA ROSA PEREIRA DA SILVA

Certifico, narrativamente, para efeitos de publicação, que neste Cartório e no livro de notas para escrituras diversas, n.º C-31, de fls. 75, v.º a 78, v.º, se encontra exarada uma escritura de justificação notarial, outorgada no dia 8 de Janeiro do ano corrente, na qual, Norberto Coelho Palma e mulher, Leonilde Pires da Luz, residentes no sítio dos Curralões, freguesia de Alte, concelho de Loulé, se declararam donos e legítimos possuidores, com exclusão de outrem, do seguinte prédio: urbano, térreo que se compõe de 7 compartimentos destinados a habitação, um pátio com cisterna, e logradouro, com a superfície coberta de 80 m2 e descoberta de 100 m2, no sítio dos Curralões, freguesia de Alte, concelho de Loulé, que confronta do nascente com herdeiros de José Guia, do norte com herdeiros de António Vieira, do poente com Lineu Caetano Rocha e do sul com caminho, inscrito na respectiva matriz em nome do justificante marido, sob o artigo 2.º, com o valor matricial de 21.600\$00, a que atribuem o valor de 40.000\$00, e descrito na conservatória do registo predial de Loulé, sob o número 33.466, a fls. 90 do livro B-85, sem qualquer inscrição de transmissão, domínio ou mera posse, em vigor, que lhe diga respeito.

Que este prédio lhes pertence por o justificante marido o haver comprado a Lineu Caetano Rocha e mulher, Maria de Jesus Guerreiro, residente, no sítio da Goncinha, freguesia de São Clemente, concelho de Loulé, por escritura de 12 de Janeiro de 1967, lavrada a fls. 75, do livro de notas n.º 20-A, do 2.º Cartório desta Secretaria Notarial.

Que em virtude do disposto no n.º 1 do art.º 13 do Código do Registo Predial, não é aquela escritura título bastante para o registo; mas a verdade é que o referido Lineu Caetano Rocha e mulher, eram na data daquela escritura de compra e venda, os proprietários exclusivos do mesmo prédio, pelo facto do referido Lineu Caetano Rocha, haver comprado verbalmente, em fins de 1963 a Isidra da Palma, viúva, e a seus filhos e de seu falecido marido, António Vieira, Joaquim da Palma Vieira, Maria de Lourdes da Palma Vieira e José da Palma Vieira, todos ao tempo solteiros, maiores e residentes no sítio de Santa Margarida, da freguesia dita de Alte, pelo preço de 3.000\$00, 180 m2 de terreno no referido sítio dos Curralões, sobre os quais, mais tarde, edificou o prédio urbano, supra descrito, com pleno conhecimento dos vendedores, os quais, não se opuseram àquela construção, por saberem perfeitamente que o terreno já não lhes pertencia, por ter sido vendido.

Que tanto o justificante marido, como o referido Lineu Caetano Rocha, têm, repetidas vezes, pedido aos vendedores do terreno, para reduzirem a escritura pública, aquela venda feita por mero contrato verbal, tendo-se estes recusado sistematicamente a tal, sem qualquer fundamento válido, pelo que não podem comprovar a referida aquisição, pelos meios normais.

Que a partir da compra do terreno feita, como se disse, em fins de 1963, sempre o Lineu Caetano Rocha e depois eles justificantes, têm possuído o prédio, pública, pacífica e continuamente.

«A VOZ DE LOULÉ»

N.º 386 — 16-1-1968

Tribunal Judicial da Comarca de Loulé A NÚNCIO

2.ª publicação

Faz-se saber que nos autos de acção sumária que correm pela 2.ª secção de processos deste Juízo e em que são: Autor — Robin Michael Arnison, solteiro, maior, decorador, residente em Londres, Inglaterra e Ré — a Sociedade Turística Progresso Albufeirense, Limitada, com sede em Albufeira, foi, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 21.º do Código de Processo Civil, nomeado representante especial da referida Sociedade, o senhor FERNANDO JOSE CHABY MIRANDA, solteiro, maior, músico, residente em Albufeira.

Loulé, 27 de Novembro de 1967

O Escrivão de Direito,

Henrique Anatólio Samora de Melo Leote

Verifiquei a exactidão:

O Juiz de Direito,

João Pedro Gomes Lopes da Cunha

te portanto, sem qualquer oposição ou interrupção.

Está conforme ao original, não havendo na parte omitida, nada em contrário ou além do que se certifica.

Secretaria Notarial de Loulé, 9 de Janeiro de 1968

O ajudante,

Fernanda Fontes Santana

Justificação Notarial

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ — 1.º CARTÓRIO — NOTÁRIO LICENCIADO NUNO ANTONIO DA ROSA PEREIRA DA SILVA

Certifico, narrativamente, para efeitos de publicação, que neste Cartório e no livro de notas para escrituras diversas, n.º B-31, de fls. 95 a 99, se encontra exarada uma escritura de justificação notarial, outorgada no dia 12 do mês corrente, na qual a sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada «Empresa Turística Vale do Lobo do Algarve, Lda», com sede na rua Joaquim António de Aguiar, n.º 27, 4.º dt.º em Lisboa, se declarou dona e legítima possuidora, com exclusão de outrem, do seguinte prédio: — rústico, que se compõe de uma courela de terra de areia e barreira, com pinheiros, no sítio do Garrão, freguesia de Almansil, concelho de Loulé, que confronta do nascente com caminho e não José Cristóvão de Brito que é para lá do caminho, e do norte, poente e sul com a justificante, antes do norte com Manuel de Sousa Barreiros, do poente com Manuel Guerreiro Calço e outro e do sul com Joaquim Bota, inscrito na respectiva matriz predial, em nome da justificante sob o artigo 4.º, com o valor matricial de 2.450\$00 e o declarado de 949.722\$00, não descrito na conservatória do registo predial de Loulé.

Que este prédio pertence à justificante pelo facto da mesma o haver comprado pela forma seguinte:

Uma terça parte indivisa a Manuel Guerreiro Calço e mulher, Maria da Glória, por escritura de 25 de Março de 1965, lavrada de fls. 57 e seguintes do livro de notas para escrituras diversas, n.º 31-B, do 19.º Cartório Notarial de Lisboa;

Uma terça parte indivisa a António Guerreiro Calço e mulher, Maria das Dores de Sousa, por escritura de 30 de Junho de 1965, lavrada de fls. 82 e seguintes do livro de notas n.º 33-D, do mesmo Cartório; e

Uma terça parte indivisa a Joaquim Branquinho Calço e mulher, Silvina Mendes Leal, por escritura de 18 de Abril de 1966, lavrada de fls. 33, v.º e seguintes, do livro n.º B-14, do Cartório Notarial de Albufeira.

Que por virtude do disposto no n.º 1 do art.º 13.º do Código de Registo Predial, as referidas escrituras de compra não são título suficiente para se efectuar o registo definitivo, mas a verdade é que os aludidos casais constituídos por Manuel Guerreiro Calço e mulher, António Guerreiro Calço e mulher e Joaquim Branquinho Calço e mulher, eram cada um deles, na data das mesmas escrituras, os titulares do direito de propriedade de um terço do identificado prédio, também com exclusão de outrem, por lhes haver sido adjudicada nessa proporção, na partilha amigável e verbal que fizeram em Outubro de 1937, dos bens que ficaram por óbito de seu pai e sogro, António Guerreiro Calço, residente que foi no sítio de Vale Formoso, freguesia de São Clemente, deste concelho.

Que desde essa data cada um daqueles casais e depois a justificante, sempre possuíram uma terça parte e todo o identificado prédio, em nome próprio, sem a menor oposição de quem quer que fosse, desde o seu início, posse que sempre exerceram sem interrupção e ostensivamente, com conhecimento de toda a gente, sendo por isso uma posse pacífica, contínua e pública, pelo que também adquiriram as mencionadas quotas partes, no prédio, por prescrição, não tendo, todavia, dado o modo de aquisição, documento que lhes permita fazer a prova do seu direito de propriedade relativamente ao mesmo prédio anteriormente a 1960.

Está conforme ao original, não havendo na parte omitida, nada em contrário ou além do que se certifica.

Secretaria Notarial de Loulé, 12 de Janeiro de 1968

O ajudante,

Fernanda Fontes Santana

Justificação Notarial

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ — 1.º CARTÓRIO — NOTARIO: LICENCIADO NUNO ANTONIO DA ROSA PEREIRA DA SILVA

Certifico, narrativamente, para efeitos de publicação, que neste Cartório e no livro de notas para escrituras diversas, n.º C-31, de fls. 89 a 96, se encontra exarada uma escritura de justificação notarial, outorgada no dia 12 do mês corrente, na qual a sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada «Empresa Turística Vale do Lobo do Algarve, Lda.», com sede na rua Joaquim António de Aguiar, n.º 27, 4.º dt.º em Lisboa, se declarou dona e legítima possuidora, com exclusão de outrem, dos seguintes prédios:

1.º — Uma courela de terra de areia, com pinheiros, no sítio do Garrão, freguesia de Almansil, deste concelho de Loulé, que confronta de todos os lados com a justificante, e antes do nascente com Geraldo Martins Correia e antes com Manuel Joaquim Bota Júnior, e do norte, poente e sul com Manuel António Laurencio Júnior, antes do norte com José Gonçalves Rocheta, do poente com António Guerreiro da Ângela, e do sul com José Joaquim Bota Júnior e outro, inscrita na respectiva matriz em nome da justificante, sob o artigo 4.430, com o valor matricial de 550\$00 e o declarado de 40.100\$00.

2.º — Uma courela de terra de areia com pinheiros, no mesmo sítio e freguesia, que confronta de todos os lados com a justificante, e antes do nascente com Manuel António Laurencio Júnior e outros e antes com herdeiros de Francisco João Figueiredo, do norte e sul com aquele Laurencio e antes do norte com José Gonçalves Rocheta, do sul com José Joaquim Bota Júnior e antes com António Guerreiro da Ângela, e do poente com Manuel Caetano das Pedras, antes com José Joaquim Bota, inscrita na respectiva matriz, em nome da justificante, sob o artigo 4.376, com o valor matricial de 500\$00 e o declarado de 41.500\$00.

3.º — Uma courela de terra de areia, com pinheiros, no mesmo sítio e freguesia, que confronta de todos os lados com a justificante, e antes do nascente com Francisco Caetano das Pedras, do norte, poente e sul com Manuel António Laurencio Júnior e ainda antes do norte com José Gonçalves Rocheta, do poente com António das Dores Gonçalves, e do sul com Cristóvão Xavier Leal, inscrita na respectiva matriz, em nome da justificante, sob o artigo 4.431, com o valor matricial de 200\$00 e o declarado de 40.000\$00.

Que o primeiro prédio pertence à justificante, por o haver comprado a Manuel Caetano das Pedras, viúvo e a Sérgio Gonçalves Caetano e mulher, por escritura de 12 de Agosto de 1964, lavrada a fls. 12 e seguintes do livro de notas n.º 27-D, do 19.º Cartório Notarial de Lisboa. — Que este prédio pertence em comum e sem determinação de partes aos vendedores nas qualidades, respectivamente, de viúvo e meeiro e único e universal herdeiro de sua mulher e mãe, Emília de Sousa Gonçalves, que foi residente na povoação e freguesia de Almansil, conforme consta da escritura de habitação de 12 de Abril de 1965, lavrada a fls. 18, v.º e seguintes do livro de notas n.º 21-A, deste 1.º Cartório. — Que o mesmo prédio pertence antes ao referido Manuel Caetano das Pedras, no estado de casado com a referida Emília de Sousa Gonçalves, por lhe haver sido adjudicado metade em pagamento do seu quinhão hereditário nas partilhas efectuadas por óbito de seu pai Francisco Caetano das Pedras, e lhe haver sido doada a restante metade por sua mãe, Maria da Conceição Bota ou Maria da Conceição, conforme consta da escritura de 6 de Março de 1959, lavrada a fls. 63, v.º e seguintes, do livro de notas n.º 52-A, do notário da Secretaria Notarial de Faro, Lic. Luís Augusto da Silva e Sabo.

Que o segundo prédio pertence à justificante, por o haver comprado a Geraldo Martins Correia e mulher, Teresa Edviges Bota ou Teresa Firmino Bota, por escritura de 12 de Agosto de 1964, lavrada a fls. 15, do livro de notas n.º 27-D, do 19.º Cartório Notarial de Lisboa. — Que este prédio pertence a estes Geraldo Martins Correia e mulher, metade por lhes ter sido adjudicada em pagamento do seu quinhão hereditário nas partilhas efectuadas no inventário entre maiores a que se procedeu no tribunal judicial de Loulé, por óbito de sua sogra e mãe, Antónia Edviges, inventário que tem o n.º 2.659 e está arquivado no mago n.º 74, e a restante metade por lhes ter sido doada por seu sogro e pai, Manuel Joaquim Bota Júnior, por escritura de 17 de Agosto de 1956, lavrada a fls. 29 e seguintes, do livro de notas n.º 21-A, do notário da Secretaria Notarial de Faro, Lic. Luís

Augusto da Silva e Sabo, na qual, por lapso, se disse que não se encontrava descrito na conservatória do registro predial deste concelho.

Que o terceiro prédio pertence à justificante, por o haver comprado em conjunto com outros e fazendo com eles um todo único a Manuel António Laurencio Júnior e mulher, por escritura de 12 de Agosto de 1964, lavrada a fls. 99, v.º do livro de notas n.º 26-D, do 19.º Cartório Notarial de Lisboa. — Que o mesmo prédio pertence aos referidos Manuel António Laurencio Júnior e mulher, Maria da Conceição Laginha, por aquele o haver comprado em Maio de 1936, pelo preço de 300\$00, a António Guerreiro da Ângela e mulher, Gertrudes Bota, residentes no sítio de Vale de Eguas, freguesia de Almansil, deste concelho. — Que essa compra foi meramente verbal nunca se tendo feito a respectiva escritura. — Que a partir dessa data os referidos Manuel António Laurencio Júnior e mulher, e depois a justificante, sempre possuíram o mesmo prédio em nome próprio, sem a menor oposição de quem quer que fosse, posse que sempre exerceram sem interrupção e ostensivamente, com conhecimento de toda a gente, sendo por isso uma posse pacífica, contínua e pública pelo que também o adquiriram por prescrição não tendo, por isso, dado o modo de aquisição, documento que lhe permita fazer a prova do direito de propriedade sobre este prédio, a favor do citado Laurencio.

Que os três prédios atrás descritos, no conjunto, constituem o prédio seguinte, descrito na conservatória do registro predial de Loulé, sob o n.º 26.577, a fls. 2 do livro B-68.

Uma courela de terra de mato, com pinheiros, no sítio do Córrego do Pito (ou Garrão) dita freguesia de Almansil, que confinava do nascente com herdeiros de Francisco Figueiredo, do norte com José Luzia, do poente com António de Sousa Neto e do sul com José Joaquim Bota e Cristóvão Xavier Leal, inscrito na mesma Conservatória, na proporção de 1/3 para cada casal, a favor dos referidos: Francisco Caetano das Pedras e mulher, Maria da Conceição Bota, pela inscrição número 7.376, a fls. 147 do livro G-7; Manuel Joaquim Bota Júnior, casado, pela inscrição n.º 7.375, a fls. 147, v.º do mesmo livro; por e António Guerreiro da Ângela, casado, pela inscrição n.º 7.378, a fls. 147, v.º do mesmo livro; por lhes ter sido doado, em comum e partes iguais por Custódio de Sousa Castelhamo e mulher, Maria Isabel de Jesus Pires, residentes no sítio de Pereiras, freguesia de Almansil, por escritura de 20 de Junho de 1931, lavrada a fls. 23, v.º do livro de notas n.º 5, do ao tempo notário de Loulé, Dr. José Joaquim Soares.

Que os referidos donatários não lhes convindo permanecer na compropriedade e indivisão resolveram dividir e demarcar o prédio doado entre os três, em Abril de 1936, divisão e demarcação de que resultaram os três prédios distintos atrás identificados, aos quais já correspondem na matriz artigos próprios, prédios esses que correspondiam exactamente à quota parte que cada um dos donatários tinha no prédio de origem e que foram adjudicados a cada um, pela forma que atrás se indicou. — Que esta divisão e demarcação não foi reduzida a escritura, mas a verdade é que a partir dela cada um dos donatários passou a possuir o prédio distinto, que lhe foi atribuído, em nome próprio, com exclusão dos outros, sem a menor oposição de quem quer que fosse, posse que sempre exerceram sem interrupção e ostensivamente, com conhecimento de toda a gente, sendo, por isso, uma posse pacífica, contínua e pública, posse que cada um transmitiu aos seus sucessores, pelo que também os adquiriram por prescrição, como prédios distintos.

Está conforme ao original, não havendo na parte omitida, nada em contrário ou além do que se certifica.

Secretaria Notarial de Loulé, 12 de Janeiro de 1968

O ajudante,
Fernanda Fontes Santana

Operários

PRECISA

J. PIMENTA, LDA.

Pedreiros, carpinteiros, trabalhadores, esculptores e pintores.

Temos dormitório.

REBOLEIRA — AMADORA.

Justificação Notarial

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ — 1.º CARTÓRIO — NOTARIO: LICENCIADO NUNO ANTONIO DA ROSA PEREIRA DA SILVA

Certifico, narrativamente, para efeitos de publicação, que neste Cartório e no livro de notas para escrituras diversas, n.º A-31, de fls. 93, v.º a fls. 98, se encontra exarada uma escritura de justificação notarial, outorgada no dia 12 do mês corrente, na qual a sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada «Empresa Turística Vale do Lobo do Algarve, Lda.», com sede na rua Joaquim António de Aguiar, n.º 27, 4.º dt.º em Lisboa, se declarou dona e legítima possuidora, com exclusão de outrem, dos seguintes prédios:

N.º 1 — rústico, constituído por terras de areia e barreira, com diversas árvores de fruto e pinheiros, no sítio do Garrão, freguesia de Almansil, concelho de Loulé, confrontando do nascente com a justificante, antes com Manuel Miguel Correia, do norte com a mesma justificante e Francisco Rodrigues Bota, antes com José Joaquim Bota e outros, do poente com a mesma justificante, antes com Gertrudes Paquete Cristóvão e outros e do sul, ainda com a mesma justificante e antes com José Guerreiro Lima e outros, parte do qual, é parte do descrito na conservatória do registro predial de Loulé, sob o n.º 26.577, a fls. 2 do livro B-68, encontrando-se a restante parte não descrita, não sendo verdade que todo ele é parte do descrito sob aquele número e inscrito na matriz, em nome da justificante, sob os artigos n.ºs 4.379, 4.420, 4.422, 4.423, 4.424, 4.426, 4.431, 4.434, e 4.435, com o valor matricial de 11.000\$00 e o atribuído de 1.545.500\$00.

N.º 2 — rústico constituído por uma courela de terra de areia e barreira com pinheiros, no mesmo sítio do Garrão, que confronta do nascente com José Joaquim Bota, do norte com Manuel Correia Cavaco, do poente com José Guerreiro Lima, antes com Cristóvão Xavier Leal e do sul com Manuel Bento, não descrito na referida Conservatória e inscrito na respectiva matriz predial, em nome da justificante, sob o artigo n.º 4.416, com o valor matricial de 350\$00 e o atribuído de 32.805\$00.

Que o primeiro prédio pertence à justificante, por o haver comprado a Manuel António Laurencio Júnior e mulher, por escritura de 12 de Agosto de 1964, lavrada a fls. 99, v.º, do livro de notas n.º 26-D, do 19.º Cartório Notarial de Lisboa.

Que este mesmo prédio é por sua vez constituído pelos seguintes prédios, que o referido Manuel António Laurencio Júnior foi adquirindo e depois anexou, de modo a formarem aquele todo único:

a) uma courela de terra de areia e barreira, com pinheiros, no sítio do Garrão, freguesia de Almansil, deste concelho, que confrontava do nascente com Inácio José, do norte com herdeiros de Francisco João Figueiredo e outro, do poente com Cristóvão Xavier Leal e do sul com Joaquim Rodrigues Tomé, inscrito na matriz respectiva sob o art.º n.º 4.379, com o valor matricial de 1.300\$00 e o declarado de 110.000\$00;

b) uma courela de terra de areia com pinheiros, no mesmo sítio e freguesia, que confrontava do nascente e sul com Cristóvão Xavier Leal, do norte com Manuel de Sousa Barreiros, do poente com Gertrudes Paquete Cristóvão, inscrito na respectiva matriz sob o art.º n.º 4.420, com o valor matricial de 1.200\$00 e o declarado de 222.500\$00;

c) uma courela de terra de

areia e barreira, com pinheiros, no mesmo sítio e freguesia, que confrontava do nascente e poente com Manuel de Sousa Barreiros, do norte com José Joaquim Bota e do sul com Maria Gertrudes, viúva, inscrita na respectiva matriz sob o art.º n.º 4.422, com o valor matricial de 400\$00 e o declarado de 47.500\$00;

d) uma courela de terra de areia, com pinheiros e um sobeirão, no mesmo sítio e freguesia, que confrontava do nascente com Cristóvão Xavier Leal, do norte com Francisco de Brito, do poente com Manuel de Sousa Barreiros e do sul com Francisco Caetano das Pedras, inscrito na respectiva matriz sob o art.º n.º 4.423, com o valor matricial de 500\$00 e o declarado de 47.500\$00;

e) uma courela de terra de areia, com pinheiros, no mesmo sítio e freguesia, que confrontava do nascente com Joaquim Rodrigues Tomé, do norte com António Guerreiro da Ângela, do poente com Manuel de Sousa Barreiros e do sul com Francisco de Brito, inscrito na respectiva matriz sob o art.º n.º 4.426, com o valor matricial de 400\$00 e o declarado de 60.000\$00;

f) uma courela de terra de areia com pinheiros, no mesmo sítio e freguesia, que confrontava do nascente com Maria do Nascimento, viúva, do norte com José Gonçalves Rocheta, do poente com Gertrudes Paquete Cristóvão e do sul com Manuel de Sousa Barreiros, inscrita na respectiva matriz sob o art.º n.º 4.434, com o valor matricial de 300\$00 e o declarado de 35.000\$;

g) o prédio inscrito na matriz rústica da referida freguesia de Almansil, sob o art.º n.º 4.435;

h) o prédio inscrito na mesma matriz sob o art.º n.º 4.424;

i) o prédio inscrito na mesma matriz sob o art.º n.º 4.431.

Que nenhum destes prédios acabados de identificar, salvo o referido na alínea i), que é parte do descrito sob o n.º 26.577, a fls. 2 do livro B-68, se encontra descrito na Conservatória do Registro Predial de Loulé.

Que em face do disposto no n.º 1 do art.º 13 do Código do Registro Predial, a escritura de compra da justificante, não é título suficiente para a efectivação do registro definitivo, mas a verdade é que os referidos Manuel António Laurencio Júnior e mulher, eram na data do referido contrato de compra e venda os titulares do direito de propriedade sobre os prédios, que constituíam o vendido e identificado sob o n.º 1, também com exclusão de outrem: — quanto aos identificados nas alíneas a) e d), por os haver comprado, verbalmente, o marido, respectivamente por 400\$00 e 150\$00, no ano de 1935, a Manuel de Brito Bota e mulher, Rosa Firmino Bota, casados segundo o regime

da comunhão geral de bens, José de Brito Bota, solteiro, maior e Maria Teresa de Brito Bota, solteira, maior, todos residentes no sítio das Pereiras, freguesia de Almansil, deste concelho; — quanto ao identificado na alínea b) por o marido o haver comprado, verbalmente, em 1933, por 750\$00, a Manuel João do Vale e mulher, Maria Gertrudes Martins, João de Sousa Bárbara e mulher, Maria Gertrudes, José de Sousa Guardador e mulher, Genoveva Correia do Vale, José João do Vale e mulher, Amália Serafina, e Marciano Garcia e mulher, Antónia Simão do Vale; — todos casados segundo o regime da comunhão geral de bens e todos residentes no sítio do Pogo da Amoreira, da freguesia de S. Clemente, deste concelho; — quanto ao identificado na alínea c) por o mesmo o haver comprado, verbalmente, em 1934, pelo preço de 2.000\$00, a Maria Caetano Bota e marido Joaquim Marcelino Alcaria casados segundo o regime da comunhão geral de bens residentes no sítio da Cruz do Galvão da freguesia dita de Almansil; — quanto ao identificado na alínea e) por o marido o haver comprado verbalmente, em 1933, pelo preço de 200\$00, a Cristóvão Xavier Leal, viúvo, residente nesta vila de Loulé; — quanto ao identificado na alínea f), por o marido o haver comprado verbalmente, em 1932, pelo preço de 150\$00, a Joaquim Gonçalves Palma e mulher, Maria da Assunção Bota, casados segundo o regime da comunhão geral de bens, residentes no sítio de Vale de Eguas, referida freguesia de Almansil; — quanto aos referidos nas alíneas g) e h) por os haver adquirido pela forma constante das escrituras, cujas fotocópias tem em seu poder; — e quanto ao referido na alínea i) por o haver adquirido conforme já foi justificado, noutra escritura.

Que o segundo prédio atrás descrito, pertence à justificante, por o haver comprado a José Martins Nunes e mulher, por escritura de 1 de Junho de 1964, lavrada a fls. 16 do livro de notas n.º 25-C, do 19.º Cartório Notarial de Lisboa.

Que, por sua vez, o referido José Martins Nunes havia comprado o mesmo prédio a Manuel António Laurencio Júnior e mulher, por escritura de 6 de Maio de 1964, lavrada a fls. 69, v.º do livro de notas n.º 12-C, do 2.º Cartório desta Secretaria. — Que, por sua vez, o referido Manuel António Laurencio e mulher, eram na data deste contrato de compra e venda, os titulares do direito de propriedade do mesmo prédio, também com exclusão de outrem, por o marido o haver comprado, verbalmente, pelo preço de 250\$00, em 1933, aos já identificados Manuel João do Vale e mulher, João de Sousa Bárbara e mulher, José de Sousa Guardador e mulher, José João do Vale e mulher e Marciano Garcia e mulher.

Que, os referidos Manuel António Laurencio ou Manuel António Laurencio Júnior e mulher e os seus sucessores nos direitos sobre os mesmos prédios, sempre possuíram os referidos prédios identificados nas alíneas a), b), c), d), e), e f), e o identificado no n.º 2, a partir das respectivas compras verbais, em nome próprio, sem a menor oposição de quem quer que fosse, desde o seu início, posse que sempre exerceram sem interrupção e ostensivamente, com conhecimento de toda a gente, sendo por isso uma posse pacífica, contínua e pública, pelo que também adquiriram os mesmos prédios, por prescrição, não tendo, todavia, dado o modo da sua aquisição, documentos que lhes permitam fazer a prova do seu direito de propriedade perfeita, relativamente aos mesmos prédios, anteriormente a 1960.

Está conforme ao original, não havendo na parte omitida, nada em contrário ou além do que se certifica.

Secretaria Notarial de Loulé, 12 de Janeiro de 1968

O ajudante,
Fernanda Fontes Santana

VIAJANTE

Precisa-se viajante de lanifícios para trabalhar no Algarve

Resposta ao Apartado 122 - COVILHÃ.

ARMAZÉM

Aluga-se na Rua Dr. António José de Almeida n.º 6. Tratar com José Correia Leal — Tel. 93 — LOULÉ.

Justificação Notarial

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ — 1.º CARTÓRIO — NOTARIO: LICENCIADO NUNO ANTONIO DA ROSA PEREIRA DA SILVA

Certifico, nos termos do art.º 97.º do Código do Notariado, que por escritura de hoje, lavrada de folha 1, v.º a fls. 3, do livro de notas para escrituras diversas, n.º B-32, deste Cartório, foi declarado que, por óbito de Manuel Guerreiro Simão, ocorrido na freguesia de São Sebastião, concelho de Loulé, aos 17 de Novembro de 1967, residente no sítio de Cabeça de Câmara, da mesma freguesia de S. Sebastião, natural da freguesia de Almansil, concelho de Loulé, casado com Maria da Glória Pires, actualmente viúva residente no dito sítio de Cabeça de Câmara, sob o regime da comunhão geral de bens, em primeiras núpcias de ambos, que não deixou testamento, foi habilitada como sua única herdeira legítima, a sua seguinte filha legítima — Alice Pires Simão, casada segundo o regime da comunhão geral de bens com António Guerreiro Cavaco, natural da freguesia de Almansil, já referida, residente no aludido sítio de Cabeça de Câmara.

Está conforme ao original, não havendo na parte omitida, nada em contrário ou além do que se certifica.

Secretaria Notarial de Loulé, 15 de Janeiro de 1968.

O Ajudante,
Fernanda Fontes Santana

VENDE-SE

Bom prédio para rendimento, próximo à Av. do Liceu, 3 pisos com 6 habitações. Construção de poucos anos.

Preço muito abaixo do seu real valor, por motivo de retirada para o estrangeiro do seu proprietário. Assunto urgente.

Resposta à Rua Baptista Lopes, 19-2.º — Faro.

QUARTEIRA

Vende-se terreno para construção com lote aprovado, cave, rés-do-chão e 1.º andar, situado na Avenida Marginal.

Tratar com o próprio, na Rua 28 de Maio, n.º 16 — Loulé.

Empregado

Para escritório, com o serviço militar cumprido, precisa-se. Nesta redacção se informa.

VENDE-SE

Prédio em Faro, situado na Rua Dr. José de Matos, 11, com 6 inquilinos, r/c., 1.º e 2.º andares (esquerdo e direito).

Tratar com Isidoro Martins dos Santos — Tel. 19 — Quarteira.

Cabeceira de Apra LOULÉ

Agradecimento

Maria das Dores Guerreiro

Sua filha, Maria da Piedade Guerreiro e família, vêm por este meio, agradecer a todas as pessoas de Loulé, Barreiras Brancas, Cabeceira de Apra e Faro, que tão dignamente acompanharam sua chorada mãe à sua última morada, visto se verem impossibilitados de o fazer pessoalmente como seria seu desejo.

Para todos o seu eterno agradecimento.

Visado pelo Com. de Censura

Trespasse em ALMADA

Estabelecimento de Feragens e Drogas, com muita existência e boa clientela. Bem localizado.

Nesta redacção se informa.

SOLICITADOR

João M. G. Iria

Largo D. Pedro I. n.º 15

TELEFONES:

Escritório 387 e Residência 79

LOULÉ

QUATRO ESTRADAS

Loulé

Agradecimento

Manuel Guerreiro Simão

Sua família, desconhecendo a residência de todas as pessoas que tão dignamente acompanharam o seu saudoso parente à sua última morada, vem por este meio manifestar-lhes o seu maior reconhecimento, tornando-o extensivo a todos aqueles que, de qualquer forma, exteriorizaram os seus sentimentos de pesar e se interessaram pelo seu estado de saúde durante a doença que o vitimou.

Vitória das Dores

Vicente Duarte

Agradecimento

Sua família, na impossibilidade de agradecer a todos os que tão carinhosamente lhe manifestaram o seu pesar, pessoalmente ou por escrito, e ainda os que acompanharam o funeral da saudosa extinta, expressa aqui o seu sincero reconhecimento, pela significativa prova de carinho e homenagem.

Noticias pessoais

ANIVERSARIOS

Fazem anos em Janeiro:

Em 17, o sr. Sérgio Manuel Ferreira Cachão, estudante em França.

Em 18, a sr. D. Maria do Rosário Serafim Campina.

Em 20, as meninas Maria do Rosário Alvarez Rocheta e Maria Odete Pereira Frederico, residente na Venezuela e a sr. D. Maria de Lourdes Palma.

Em 22, o sr. António Nunes Coelho.

Em 24, a sr. D. Maria Celeste Elias Pinto Idefonso.

Em 25, a sr. D. Maria Tomaz Sequeira da Silva, o sr. Padre João de Jesus Martins, e a menina Maria Vitória Espírito Santo Aleluia.

Em 26, o sr. Padre João Coelho Canabita.

Em 27, a menina Corália Maria Fortuna Vicente, residente no Porto.

Em 31, o menino Joaquim José da Silva Vicente, residente em França e a sr. D. Maria da Glória Guerreiro.

Fazem anos em Fevereiro:

Em 2, os srs. Carlos Augusto Correia Duarte e Eduardo José Mendes Delgado Pinto, a sr. D. Maria Irene Sequeira de Sousa Aleixo e o sr. José Francisco Guerreiro.

Em 3, os srs. José Farrajota Martins e Horácio Leal Farrajota e a menina Rosa Maria Carapeto Corpas, residente na Austrália.

Em 4, o menino Francisco Serafim Campina, a menina Lídia Andrade Dias, residente na Venezuela e o sr. Américo-Bengalim Elias, residente nos E. U. A.

Em 7, a sr. D. Maria José Valinhos Calico Relvas, residente na Venezuela e a sr. D. Alzira Vitória de Sousa.

Em 10, as meninas Amélia Maria Santiago Gonçalves e Juvelina Salgado Rodrigues.

Em 17, a sr. D. Florinda Maria Aleixo de Sousa, os srs. José Manuel Ferreira, Manuel Sérgio Viegas Gago e João Gomes da Fonseca, e a menina Maria Sofia Pacheco Magalhães Pinheiro.

Em 19, o menino Aristides Leal Alho e a sr. D. Lucília Miguel Barão.

Em 25, a menina Susana Paula Nascimento Matias.

Em 26, o sr. José Maria Zaccarias da Silva, residente na Venezuela.

Em 29, a sr. D. Maria de Lourdes da Palma e a sr. D. Glades Maria Valinhos Baptista, residente na Venezuela.

Em 30, o menino Orlando Correia Mendes, residente na Austrália.

Em 31, a sr. D. Ana Maria de Brito Viegas.

NASCIMENTO

No passado dia 16 de Dezembro, no Pavilhão da Família Militar do Hospital da Estrela, onde é enfermeira, deu à luz uma robusta criança do sexo feminino, a nossa conterrânea sr. D. Maria Libânia Urbano Marum de Brito Mariano, esposa do sr. Engenheiro José Estêvão de Brito Mariano.

A recém-nascida receberá na

FALECEU O GENERAL PONTE RODRIGUES

(Continuação da 1.ª página)

Estado Ma'or da Força Aérea, Chefe da Missão Militar em Washington e Vice-chefe do Estado Maior da Força Aérea, sendo desde 1965, Governador Militar dos Açores.

O saudoso extinto era casado com a sr. D. Maria Germana Ponte Rodrigues, e irmão da sr. D. Lidia da Ponte Rodrigues Daniel, esposa do nosso prezado amigo e dedicado assinante sr. Francisco Daniel, conceituado Gerente do Banco Português do Atlântico em Faro, e filho da nossa conterrânea sr. D. Inês da Ponte Rodrigues, virtuosa senhora de excelas qualidades, professora oficial, residente em Faro.

Natural da freguesia de Vaqueiros, do concelho de Alcoutim, o General Ponte Rodrigues contava 56 anos de idade e nutria especial simpatia por Loulé, onde vinha com relativa frequência de visita a suas tias, sr. D. Adalina da Ponte Gonçalves D. Alda da Ponte e D. Rosa da Ponte Madeira, esposa do nosso prezado amigo e assinante sr. Jovith Lopes Madeira.

Os seus restos mortais foram transferidos para Lisboa, onde se realizou o funeral para o Cemitério dos Prazeres.

A toda a Família enlutada, apresentamos a expressão sincera do nosso mais sentido pesar.

plia baptismal o nome de Ana Luísa.

São avós paternos, a sr. D. Maria Joaquina de Brito Mariano, residente em Lisboa e o sr. José de Brito Mariano, escrivão, (já falecido), e maternos a sr. D. Maria das Dores Urbano Marum e o sr. António Gonçalves Marum, residentes em Setúbal.

Aos felizes pais e avós, desejamos as maiores venturas para o seu descendente.

BAPTIZADOS

Na Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Penha de França, em Lisboa, recebeu o Sacramento do Baptismo a menina Maria Teresa Brito da Luz de Lima Faisca, filha da sr. D. Maria Joaquina Pinto Alves Brito da Luz de Lima Faisca e do sr. José António de Lima Faisca, residentes naquela cidade e nosso estimado assinante e amigo.

Paraninfaram o acto sua tia materna sr. D. Genoveva Alves Pinto Brito da Luz e seu tio paterno sr. Orlando de Lima Faisca.

Após a cerimónia do baptismo foi servido em casa dos pais da neófito um abundante e finíssimo «copo de água» a numerosos convidados.

*

Na capela particular da casa do avô paterno, sr. Eng.º João Brito e Cunha, em Matosinhos celebrou-se, durante a Missa do Galo, a cerimónia do baptismo da menina Maria Teresa Pablos Brito e Cunha, gentil filha da sr. D. Tenente António Bernardo Magalhães de Menezes de Brito e Cunha e da nossa conterrânea sr. D. Maria da Penha Perestrelo Pablos Brito e Cunha.

Foram padrinhos, seu tio sr. Dr. Francisco Pilar Ascensão Afonso e madrinha, sua avó paterna, sr. Condessa de Vilas-Boas.

São avós paternos o sr. Eng.º João Brito e Cunha e esposa sr. D. Maria José Forjaz Magalhães de Menezes Brito e Cunha e maternos e nosso prezado amigo e assinante sr. José João Ascensão Pablos e sua esposa sr. D. Maria da Natividade Perestrelo Guimarães Pablos.

O acontecimento foi festejado, pela família e convidados, com uma opífera ceia de Natal.

Dr. Ventura Rocheta Gomes

Por recente despacho publicado no «Diário do Governo», foi transferido de Arraiolos e nomeado Conservador Efectivo do Registo Predial de Silves, o nosso conterrâneo, prezado amigo e assinante sr. Dr. Ventura Rocheta Gomes, cuja classificação de «Bom com distinção» de curso complementar de ciências jurídicas e de «Bom» na classificação de serviço, lhe facultaram um rápido acesso a uma das 2 únicas Conservatórias de 2.ª classe do Algarve (Faro e Silves).

O caso é de assinalar por ser difícil de conseguir por quem tenha tão poucos anos de serviço e seja ainda tão jovem.

Os nossos parabéns ao Dr. Rocheta Gomes pela merecida nomeação e os nossos desejos de que prossiga brilhantemente a sua carreira.

Propriedade

Vende-se uma propriedade no sítio dos Barreiros (próximo da CEAL), com a área de 18 898 m2, com alfarrobeiras, amendoeiras, figueiras e outras árvores. A quase totalidade da sua área é composta de barro próprio para a indústria de telheiro e olaria. Tem pedreira e água, embora esta ainda não tivesse sido explorada.

O nível da sua cota permite uma excelente vista sobre a Vila e mar, tendo, por isso, interesse turístico.

Este prédio rústico é propriedade dos Herdeiros de Antónia Campina Leal.

Para mais informações dirigir a este jornal.

CASA

Vende-se uma casa, com rés-do-chão e primeiro andar, situado na Travessa do Matarou, 19 e 21. Tem 14 divisões e garagem. O 1.º andar com chave na mão.

Tratar com Francisco José Figueiras — Estrada de S. Brás (junto à CEAL) — Loulé.

Carnaval de Loulé

(Continuação da 1.ª página)

tejo que se viesse a organizar e Loulé, terra em que o Carnaval tem assumido maior projecção, que dispõe de mais vinda da tradição e de melhor recinto. Dir-se-á que isto viria beneficiar ou valorizar Loulé e os seus festejos, mas a nós também nos ocorre perguntar onde é que a festa terá ma's probabilidades de êxito e de continuar a valorizar-se?

E poderia até chegar-se a um entendimento com os concelhos participantes fixando-se um prémio para os carros de fora do concelho que compensasse de certo modo, até um 5.º prémio, o carro que melhor fosse classificado como representante de qualquer outro.

De contrário e se não se tomarem providências adequadas e pertinentes e se se persistir na diversão de iniciativas isoladas, o Carnaval tornar-se-á mais ano, menos ano, numa saudosa lenda com grave prejuízo para o Algarve e para as suas pretensões turísticas.

R. P.

José da Ponte Grosso

Conforme oportunamente dissemos, faleceu recentemente em Luanda, vítima de desastre de viação, o nosso conterrâneo sr. José da Ponte Grosso, que ali estava prestando serviço militar.

A chegada a Loulé dos restos mortais do desditoso militar provocou profunda emoção entre os seus familiares, amigos e conhecidos, do sítio do Parragil, muitos dos quais se deslocaram até à Ribeira do Vascão para acompanharem o funeral em todo o percurso do Algarve.

O funeral foi largamente concorrido e constituiu uma sentida manifestação de pesar.

No cemitério de Loulé, e com a urna coberta pela Bandeira Nacional, capelão-tenente, sargento e praças que o acompanharam, prestaram ao brioso soldado, as honras devidas.

A desolada família, e em especial a seus pais sr. Joaquim Gonçalves Grosso e sr. D. Maria de Sousa da Ponte e irmã menina Maria de Sousa da Ponte Grosso, renovamos a expressão do nosso sentido pesar.

PARRAGIL — Loulé

Agradecimento



José da Ponte Grosso

Sua família, ainda sob a influência do rude golpe que sofreu com a perda do seu querido e inesquecível parente, vem trazer o seu público agradecimento a todos quantos, no terrível transe por que passou, procuraram dar-lhe o seu conforto, demonstrativo de real amizade e de grande espírito cristão.

Igualmente exterioriza os seus agradecimentos a todas as pessoas que se dignaram acompanhar o saudoso extinto à sua última morada.

A todos, enfim, os mais sinceros e inesquecíveis agradecimentos.

MOAGEM DE ALFARROBA

VENDE-SE

Pronta a laborar, equipada com todos os pertences e motor a gasoil de 15/17 H. P., marca «Slavia» em muito bom estado, ou só o motor.

Tratar com Sebastião Viegas Martins — Tel. 137 — LOULÉ.

Apontamentos de um Soldado (5)

Aqui, Guiné!

(CONCLUSÃO)

A mentira, muitas vezes é lançada num gráfico onde se espelham as mais diversas indoles e os mais inverosímeis aspectos com uma camuflagem tal, que por vezes até, consegue espelhar a verdade fazendo da própria verdade uma verdade impossível. Ante o jogo de corde-linhos de um enredo ou de um boato, desdobra-se um mundo de ansiedade e de suspense cujos degraus forçosamente acabam sempre por nos levar para a rua da amargura onde os efeitos trágicos e as suas consequências mais ou menos graves se fazem sentir grandemente.

Quantas e quantas vezes um boato comenta os mais escabrosos factos nunca existentes, fruto da compilação ou da imaginação criacionista de certas pessoas que despercebidamente se fazem alheios aos efeitos morais, psicológicos, ou até mesmo fisiológicos que as suas palavras poderão provocar!

Outras vezes, porém, existem factos reais que nós conhecemos comprovados documentalmente, mas que mais tarde acabamos por conhecê-los transformados em hipócritas obscenidades, por parte de certas personagens maliciosas que tentam modificar diferentemente as suas estruturas para prejuízo de outros.

Portanto, ninguém deve dar crédito a um boato mas, sim, desmascará-lo para que o boateiro possa ser apontado a dedo na praça pública e castigado por todos os parágrafos e por todas as alíneas dos códigos humanos.

Claro que não é necessário recorrer-se a provetas ou a tubos de ensaio para se poder analisar convenientemente as inmundícies malévolas, que poderão resultar motivadas pela parca mentalidade de quem escorraça a verdade.

E, colaborar num boato que não está comprovado documentalmente ajudando assim a amamentar uma possível mentira, é um erro imperdoável e susceptível de desenvolver um horizonte de ilimitáveis gestos e atitudes.

Referentes a nós próprios (e é esta a razão deste meu apontamento) têm-se playedo boatos e mentiras absurdas em tantos tons, que muitas vezes de coisas nunca existentes surgem-nos cá episódios referentes a esses factos, que são autênticos mananciais catastróficos o que de forma alguma poderá estar certo e nem corresponder à verdade, pois esses mesmos episódios jamais foram visíveis à luz da realidade.

Por motivos justificáveis não me poderei alongar em minúcias mais explícitas nem em expontes de maior alcance. Contudo, a nota dominante deste meu apontamento é condenar pública e abertamente o boato.

E condená-lo, é contribuir em grande parte para a eliminação de um dos maiores micróbios corruptivos que lentamente tenta corroer a humanidade com o veneno dos seus tentáculos.

E mais do que certo que cada ser humano amantiza-se a uma determinada filosofia, e esta, filosofia-se em determinado tom, segundo a sua cultura, a sua educação, e até mesmo a sua formação moral. E, quanto a nós, é a resultante deste punhado de factores quem divide os homens nas mais diversas ideologias e nos mais diversos pensamentos psicológicos e filosóficos.

Ora, isto, numa filosofia muito

Plano Nacional de Vacinação

Com o objectivo de evitar a propagação de certo número de doenças que a vacina elimina, está em curso, em todo o País, uma Campanha de Vacinações.

Em todos os aglomerados do distrito de Faro, que o justificam, existe um Posto de Vacinação dirigido por um médico, devendo os interessados solicitar informações nas respectivas Sugdelegações de Saúde.

O horário dos postos no concelho de Loulé é o seguinte:

Loulé — Subdelegação de Saúde — 2.ª, 3.ª, 4.ª e 6.ª feiras das 9 às 11 horas.

Loulé — Dispensário Materno Infantil — 3.ª, 5.ª e 6.ª feiras às 9 horas.

Almancil — Junta de Freguesia — 2.ª e 4.ª quartas-feiras do mês às 14 horas.

Querença — Junta de Freguesia — 1.ª e 3.ª sextas-feiras do mês às 14.30 horas.

Boliqueime — Consultório médico — 1.ª e 2.ª quintas-feiras do mês, às 9 horas.

Quarteira — Junta de Freguesia — 1.ª e 3.ª quintas-feiras do mês, às 14 horas.

Alte — Casa do Povo — 2.ª e 4.ª quartas-feiras do mês às 11. horas.

Localização da Escola Técnica

(Continuação da 2.ª página)

E, portanto, falso que haja um atraso de 10 anos...

Felizmente que o homem tem um passado e um presente sem mácula, pois de contrário, talvez já estivesse amarrado ao pe-lourinho da expliação pública...

...E afinal não fazemos mal a ninguém, não nutrimos a mais ínfima parcela de rancor ou animosidade por quem quer que seja, temos a honestidade de sermos claros nos nossos propósitos, mas somos asperamente criticados por defensores de um ponto de vista que consideramos altamente benéfico para Loulé. Ninguém poderá dizer-nos que estamos defendendo os interesses de quem quer que seja. Antes pelo contrário: estamos até «lutando» contra os nossos próprios interesses, mas isto, infelizmente é já tão raro, numa época em que cada um procura defender-se, que até «parece mal» dizê-lo.

Que tristeza de mundo este em que vivemos... que nem sequer já permite a um indivíduo lutar pela defesa dos legítimos interesses da sua terra natal.

Mas que mal haverá nisso, Santo Deus!

Sentimo-nos profundamente pesados por dizermos isto, e ma's ainda por sabermos a quem nos estamos dirigindo, mas não nos podíamos quedar silenciosos perante afirmações que consideramos uma afronta ao nosso amor à terra natal. E que M. G. não sente, não pode sentir esse amor, porque não é, verdadeiramente, de Loulé.

A vacuidade das suas afirmações, respondemos a M. G.: preferimos a Escola fora do Parque porque sonhamos vê-lo verdejante e belo, com piscina, campos de jogos, parque infantil, restaurante, mata, parque de campismo, ginásio, etc. etc. e também que ele seja um local de repouso para a adolescência e um centro de recreio para as crianças.

Loulé tem necessidade de progredir e uma terra só poderá progredir se tiver para onde se expandir. E Loulé precisa de criar novas zonas de urbanização. O edifício da Escola Técnica pode proporcionar essa oportunidade.

Então M. G. não sabe, não vê, nunca lhe d'asseram dos milhares de contos que os louletanos têm aplicado na construção em outras terras por não conseguirem em Loulé terreno onde possam fazer as suas casas?

Ponhamos os olhos em Duarte Pacheco, o Homem que soube ver para além do seu tempo. O Homem que fez rasgar largas avenidas, praças, estradas, ruas... sempre pensando no futuro.

Terá M. G. horror ao progresso? Será assim tão retrógrado que tenha receio que a construir-se fora do Parque, a Escola seja um estelo de progresso?

Parece que M. G. não gostou que enviássemos ao Ministério o recorte do jornal. Seria porque não lhe pedimos licença?

Sentimo-nos seguros da nossa razão e por isso não temos receio de agitar o problema, nem tão pouco que o Sr. Ministro conheça a nossa opinião... até porque a decisão terá de ser tomada a nível ministerial.

Até parece que M. G. receia que em Lisboa se sa'ba que há quem discorde da Escola no Parque...

Ficamos-nos por aqui, pois o artigo já está demasiado longo.

IGNOTUS

TURALGARVE

89, Praça da República, 100 LOULÉ

Passagens - Vistos - Passaportes - Excursões

SEGUROS EM TODOS OS RAMOS
AUTOMÓVEIS DE ALUGUER S/ CONDUTOR



venda e reserva de
passagens para todo o mundo

PREÇOS OFICIAIS — TARIFAS REDUZIDAS

SERVIÇO NACIONAL E INTERNACIONAL

AGÊNCIA AUTORIZADA

Embarques rápidos para África



LOULE
TELEF. 193

A assistência em LISBOA é prestada na n/ Filial, Rua Luciano Cordeiro, 6. C — Telef. 53 82 40, pelo n/ sócio gerente sr. RODRIGO GUERREIRO MATIAS.

nossa, serve apenas para elo de ligação num quadro de movimentos onde se mostra claramente a política de ideias ou de actos que cada um tende sempre a venerar.

A filosofia do homem está dividida antagonicamente nas formas mais divergentes. Uns, inconscientemente espelham a verdade e dão apoio à mentira. Outros, remodelam ambas as coisas apenas para impressionismo.

Mas os outros, os de filosofias bem definidas, elevam a veracidade de um acto ao marco da realidade apoiados apenas na sua política bem definida de ideias, e alheios a todas as versões esalonadas no prisma de cada um.

Efectivamente que cada um segue a política de ideias ou de actos que a sua consciência achar mais conveniente, o que está absolutamente certo, pois segundo os factores que acima já enumerei, assim é a resultante d. seu ego pessoal.

Como disse, cada ser humano tem a sua política de ideias. Cada um vê as coisas à sua maneira, e cada um narra um facto ou interpreta uma determinada história à sua inteira vontade. Mas, não esqueçamos que apesar de tantas filosofias diferentes a verdade infalivelmente despe sempre a mentira, e tudo o que esta denota, são comprovados elos de maliciência mesquinha que justificam plenamente a pobreza de espírito de quem é mentiroso.

João Manuel dos Santos Gomes

Novos assinantes

Dignaram inscrever-se assinantes de «A Voz de Loulé» gentileza que muito penhoradamente agradecemos, mais os Ex.ªs Senhores:

Carlos Dias Gomes, Padre José António Nobre, Manuel Centelo Madeira, Pensão Avenida, Francisco João Viegas da Piedade, José Mar'a Tomé Martins Rainha e António Gonçalves da Assunção de Loulé; Joaquim João Silvestre Guerreiro e José Bernardo do Arieiro; José de Sousa Domingos da Fonte de Apra; Manuel de Brito Cavaco do Parragil; Manuel da Silva Guerreiro e José Marcos Floro, de Lisboa; Francisco António Aleixo, de Mexilhoeira da Carregação; Manuel Martins Guerreiro, de Penafiel; Francisco dos Santos Mateus, de Portimão; José Francisco Gonçalves de Querença; Manuel Coelho de Sousa Farrajota de Almada; D. Maria das Dores Romão Cavaco e António de Jesus Martins de Alte; Manuel José Costa da Silva, de Clareanês; Alexandre Sebastião Marques da Baixa da Banheira; José Martins Baptista de Baranco do Velho; Desidério João e Florêncio Serafim Raminhos, do Barreiro; Amável Rodrigues Martins, André da Silva Costa Fernandes e José dos Santos Martins Laginha, de Boliqueime; Joaquim Guerreiro Martins, da Cova da Piedade; Eduardo Folha Moraes de Quarteira; João José Bale'zão Barracha, Filipe Manuel Lampreia Contreiras, António José Brito do Adro, Cândido Lacombe Raposo, Celestino Jorge Guerreiro, José Custódio Faisca, Capitão Norberto Ramos, Gastão Gonçalo Pontes Mendes e José Martins André, de Angola; José Correia Pinto, Manuel de Brito e Manuel Gonçalves Silva dos Estados Unidos da América do Norte; Joaquim Guerreiro e José Baguinho, de Moçambique; José Hilário de Sousa, José Coelho Viegas Francisco Martins de Brito, Francisco Garrocho, Joaquim José Vale Telheiro, Miguel Diamantino Cristina, Mme. Sousa, Orlando Guerreiro Plácido, e Manuel dos Santos Martins, da França; José de Sousa Inês, Manuel de Sousa Gualdino e João Pedro Lima, da Austrália; Joaquim Guerreiro Martins (Laginha), do Canadá; Gilberto Bispo Frederico e José Simão Guerreiro, da Venezuela; Joaquim da Costa Gonçalves e Alfredo Timóteo Ferro Galvão, de Olhão; Manuel António Correia, da Suíça; Manuel Gonçalves Rocheta, de Escanvina, e Manuel Jomo Coelho, da Argentina.

Terreno para construção

Vende-se terreno para construção, junto à Estrada Nacional, entre Loulé - Gare e Quatro Estradas.

Tratar pelo telefone 171 — ou Rua da Barbacã, 31 — Loulé.

Prédio em Olhão

Vende-se um prédio de 1.º andar, com a área de 150 m2.

Nesta redacção se informa.